

Multinacional mira terras-raras e urânio no santuário ecológico do sul da Bahia

Category: BRASIL,GERAL,MEIO AMBIENTE

escrito por Maria Luiza | 10 de outubro de 2026



Um projeto de mineração da Energy Fuels, canadense que é a maior produtora de urânio dos EUA, vem gerando preocupação sobre riscos de contaminação no sul da Bahia, em uma região com parques protegidos, santuário de baleias, terras indígenas, comunidades tradicionais e praias paradisíacas. Dezenove títulos minerários entre Nova Viçosa, Caravelas, Alcobaça e Prado dão à empresa o direito de pesquisar titânio, cassiterita e ilmenita. Mas, em comunicados ao mercado internacional, a multinacional informou que pretende explorar principalmente monazita e urânio.

A divergência de informações e possíveis impactos socioambientais motivaram uma notificação da ONG Centro de Estudos e Conservação da Natureza (Cecna) ao Ministério Público Federal (MPF).

O chamado Projeto Bahia começou em 2022, quando a empresa comprou 17 títulos minerários da brasileira G4 Esmeralda por US\$ 27 milhões. No ano seguinte, apresentou mais dois pedidos à Agência Nacional de Mineração (ANM), na mesma região. Embora ainda não tenha autorização para a extração, 13 dos 19 processos já superaram a fase de pesquisa. Procurada, a Energy Fuels afirmou que o projeto está em estágio inicial e que

cumprirá a legislação.

Os processos somam 16.970 hectares entre as cidades de Nova Viçosa, Caravelas, Alcobaça e Prado, onde fica Cumuruxatiba, destino turístico. A área abrange a região de Abrolhos, principal berçário de baleias-jubarte no Atlântico Sul. Em 14 processos, a substância declarada é o titânio; três mencionam ilmenita; e dois, cassiterita. Nenhum cita monazita ou urânio.

No entanto, em 19 de maio de 2022, dia em que assinou o contrato com a G4 Esmeralda, a Energy Fuels anunciou que seu principal interesse era a monazita, mineral que contém terras-raras e pode conter urânio. A informação aparece em comunicados publicados no site da empresa e em documentos enviados à Securities and Exchange Commission (SEC), reguladora do mercado de capitais dos EUA.

“Com base nas significativas perfurações de sondagem históricas realizadas até o momento, acredita-se que o Projeto Bahia contenha quantidades significativas de minerais pesados, incluindo monazita, que irão alimentar a cadeia de fornecimento de elementos de terras raras da Energy Fuels, sediada nos EUA e em rápida expansão”, diz um dos comunicados, em tradução livre do inglês. O texto acrescenta: “O principal interesse da Energy Fuels está na monazita, que contém tanto elementos de terras-raras quanto urânio”. A empresa também apontou, em análises preliminares, quantidade de urânio comparável à encontrada na reserva Colorado Plateau, nos EUA, a maior do país.

Em maio de 2022, o então CEO da Energy Fuels, Mark Chalmers, celebrou o negócio em entrevista à revista especializada “Mining Weekly”: “Estamos buscando agressivamente expandir nosso fornecimento de areia monazítica. Estamos muito satisfeitos por termos garantido este projeto, pois ele tem o potencial de fornecer à Energy Fuels nossa própria fonte de monazita de baixo custo, que controlamos totalmente.”

A empresa pretende usar a monazita como matéria-prima para sua cadeia de terras-raras. Dela podem ser extraídos elementos como neodímio, praseodímio, disprosio e térbio, usados em ímãs de alto desempenho para veículos elétricos, turbinas eólicas, robótica, drones e equipamentos militares. O urânio do mineral seria processado numa unidade da empresa em Utah, nos EUA, e destinado à cadeia de combustível nuclear.

Procurada, a Autoridade Nacional de Segurança Nuclear não soube informar se foi comunicada sobre a presença de urânio no projeto, pois o sistema interno estava fora do ar.

Em agosto, diante da divergência de informações e das preocupações ambientais, o Cecna acionou o MPF. A entidade aponta possíveis impactos sobre áreas protegidas, territórios indígenas e quilombolas e comunidades de pesca artesanal, sobretudo o povo Pataxó, na Terra Indígena Comexatibá, que, segundo a ONG, não foi consultado.

– A gente está falando de uma das costas mais biodiversas do planeta, e altamente vulnerável à erosão e ao avanço do mar. E é justamente aí, em cima das dunas costeiras, que protegem a costa da erosão, que os americanos querem extrair monazita, tório e urânio, materiais radioativos – diz Anna Mehdi, representante do Cecna. – O que a gente vê é um cerco minerário preocupante na Bahia. E se liberar a mineração ali, libera em qualquer lugar do Brasil.

Em 8 de setembro, o MPF arquivou o procedimento por entender que a exploração não havia começado e que o empreendimento estava “em estágio preliminar de obtenção das autorizações e licenças”. Na decisão, o procurador Fernando Zelada ressaltou que o arquivamento “não impede nova atuação” caso surjam irregularidades nas obras.

Pesquisadores defendem que a presença de monazita e urânio exigiria licenciamento pelo Ibama. Atualmente, a empresa tem três processos de licenciamento no Instituto do Meio Ambiente

e Recursos Hídricos da Bahia (Inema). O órgão informou que concedeu autorização para pesquisa mineral, mas não Licença Prévia para “exploração de terras-raras em areia”. Segundo o instituto, os processos mencionam monazita.

No Brasil, a exploração de urânio é exclusiva da estatal Indústrias Nucleares do Brasil, mas uma nova lei, ainda sem regulamentação, abre espaço para a iniciativa privada. A Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos também incentiva projetos de terras-raras. Para Joubert Fuscaldi, analista climático do Instituto Arayara e especialista no mercado de urânio, a baixa concentração do elemento na monazita pode favorecer a liberação do empreendimento.

– Está tendo um interesse muito forte dos EUA no Brasil para diminuir a dependência global da China – explicou.

Kerlem Carvalho, coordenadora de águas do Arayara, destaca a presença de recifes, manguezais, espécies ameaçadas e atividades de pesca artesanal e turismo na região:

– A política impõe a necessidade de avaliar rigorosamente onde e como ocorrerão a mineração. No caso da monazita, a possível associação com urânio acrescenta uma dimensão radiológica.

Procurada, a Energy Fuels afirmou que realizará estudos de impacto ambiental e apresentará a documentação necessária, em conformidade com a legislação

Fonte: Globo e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso
10/10/2026/14:34:56

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal

Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP (JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp [\(93\) 98404 6835](#)– (93) 98117 7649.

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

*Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: [-93- 984046835](#) (Claro)
-Site: www.folhadoprogresso.com.br e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-mail: adeciopiran.blog@gmail.com*